



# **PRA PRODUZIR SUSTENTÁVEL**

## **Intervenção Ambiental - benefícios de adesão ao PRA**

**11/08/2022**

Anderson Ramiro de Siqueira – Supervisor Regional.

## Intervenção Ambiental

- ✓ **Lei 20.922/13** – Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.
- ✓ **Decreto Estadual n. 47.749/19** - Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- ✓ **Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.102/21** - Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- ✓ **Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.132/22** - Estabelece as diretrizes e procedimentos para a análise individualizada do Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais em Minas Gerais, dispõe sobre a documentação e os estudos necessários para instruir os processos de regularização das áreas de Reserva Legal que especifica e dá outras providências.

## Intervenção Ambiental

**Intervenção ambiental:** qualquer intervenção sobre a cobertura vegetal nativa ou sobre área de uso restrito, ainda que não implique em supressão de vegetação (inciso X do art. 2º do Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019).

**São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização** (Art. 3º do Dec. 47.749/19):

- ✓ Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;
- ✓ Intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente - APP;
- ✓ Supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas;
- ✓ Manejo sustentável;
- ✓ Destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa;
- ✓ Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas;
- ✓ Aproveitamento de material lenhoso.

## Intervenção Ambiental

### Verificação da Reserva Legal e APP

A conformidade da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente dos imóveis em relação à legislação vigente **deverá ser verificada no âmbito da análise do requerimento de intervenção ambiental**, excetuados os casos de plano de manejo sustentável em área comum e o corte de árvores isoladas. (Art. 25 da Res. 3.102/21)

Tendo sido detectada necessidade de recomposição de APP ou de Reserva Legal, deverá ser solicitada a apresentação de projeto e respectivo cronograma físico para regularização do passivo identificado, **independente de adesão ao Programa de Regularização Ambiental**. (§2º do art. 25 da Res. 3.102/21)

## Intervenção Ambiental

### Verificação da Reserva Legal e APP

As autorizações para intervenções ambientais previstas nos termos do art. 3º do Decreto nº 47.749, de 2019, ressalvadas as hipóteses de manejo sustentável e corte de árvores isoladas nativas vivas, **deverão ser precedidas da aprovação da localização da área de Reserva legal Proposta no CAR** ou da alteração ou da compensação da área de Reserva Legal averbada ou da Reserva legal aprovada e não averbada (art. 47 da Res. 3.132/22).

A regularidade das áreas de Reserva Legal dos imóveis rurais em que está sendo requerida a autorização para intervenção ambiental deverá constar expressamente do parecer único que instrui o processo administrativo, contendo informações quanto às formas de constituição e percentuais da área de Reserva Legal, inclusive se compensada em outro imóvel.

## Código Florestal – Lei Estadual

- ✓ Conforme previsto na Lei Federal nº 12.651/2012, Lei Estadual nº 20.922/2013, assim como Decreto Estadual nº 48.127/2021, **para fazer jus a adesão ao PRA** o imóvel rural deverá ter **efetuado a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR até a data de 31/12/2020**.
- ✓ Imóveis rurais que não estão inscritos no CAR, ou que realizaram sua inscrição inicial após a data limite acima citada **não poderão aderir ao PRA**.
- ✓ Além disso, conforme art. 59 da Lei Federal 12.651/2012, a adesão do imóvel ao PRA deverá ser requerida em até dois anos, observado o disposto no § 4º do art. 29 deste mesmo diploma legal. Desta forma, iniciando-se este prazo em 31/12/2020, **os imóveis rurais no estado de Minas Gerais terão até a data de 31/12/2022 para requererem sua adesão ao Programa**.

## Benefícios Técnicos do PRA

### Prazos para recomposição de RL e APP

- ✓ Recomposição dos passivos de Reserva Legal em até 20 anos (1/10 a cada 2 anos).
- ✓ Prazos para implantação da recuperação das APPs (Dec. 48127/21):
  - ❖ se o passivo do imóvel for de até 1 (um) hectare, o prazo máximo de implantação é de 3 (três) anos;
  - ❖ se o passivo do imóvel for entre 1 (um) e 5 (cinco) hectares, o prazo máximo de implantação será de 6 (seis) anos, abrangendo a cada 2 (dois) anos no mínimo 1/3 (um terço) da área;
  - ❖ se o passivo do imóvel for maior que 5 (cinco) hectares, o prazo máximo de implantação será de 10 (dez) anos, abrangendo a cada 2 (dois) anos no mínimo 1/5 (um quinto) da área.



## Benefícios Técnicos Prazos para recomposição de RL e APP

- ✓ Aplicação de metragens diferenciadas para as APPs – Escadinha

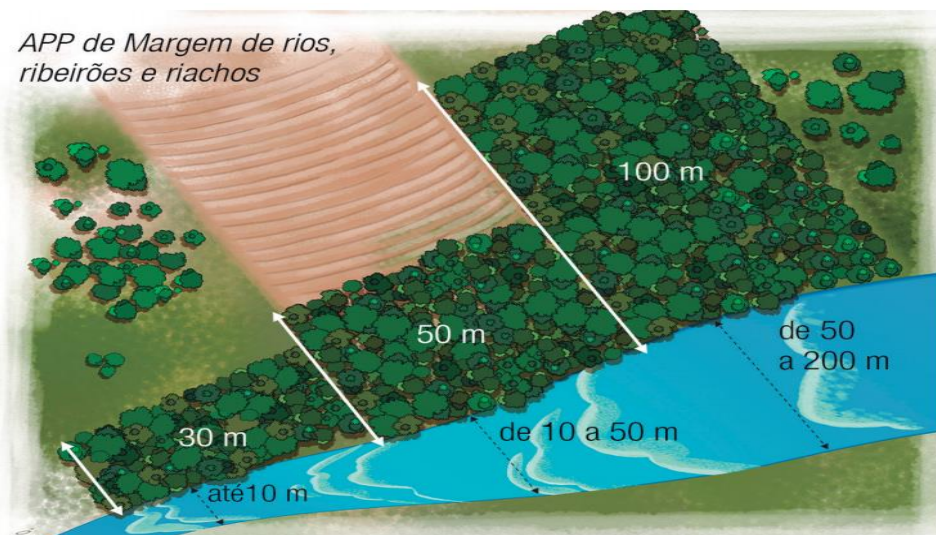
Conforme § 11 do artigo 61-A da Lei Federal N. 12.651/2012, recepcionado no § 15 do artigo 16 da Lei Estadual n. 20.922/2013, a utilização do benefício implica a vedação a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nestes locais, ou seja, nas áreas de preservação permanente nas quais houve utilização de metragens diferenciadas mínimas de recomposição de APP.

- ✓ Direito de exploração econômica (atendidos os requisitos ambientais)
- ✓ Continuidade de atividades agrossilvipastoris em APP e áreas de uso restrito, observadas as diretrizes legais;



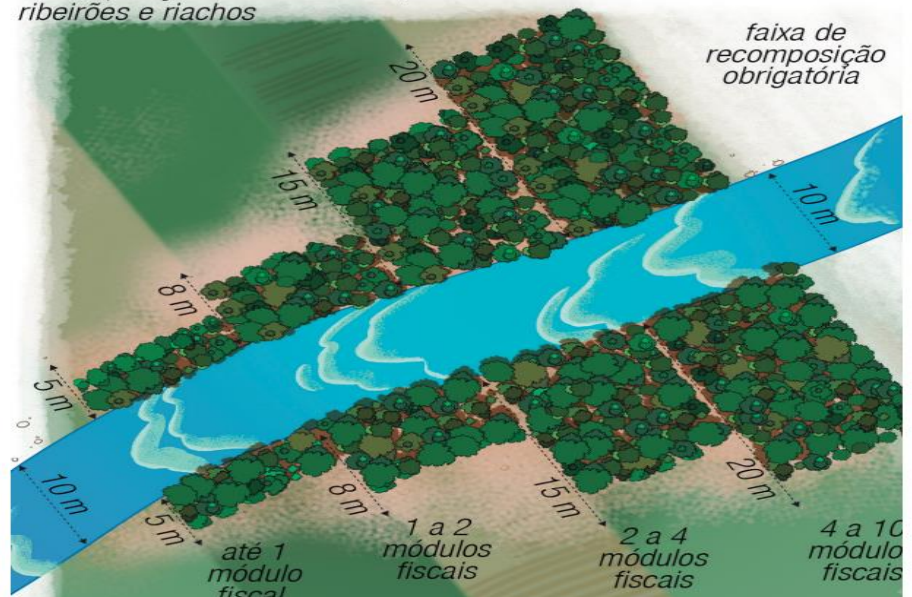
## Benefícios Técnicos do PRA

### NÃO ADESÃO AO PRA



### ADESÃO AO PRA

*Recomposição de APP de rios, ribeirões e riachos*



## Benefícios Administrativos do PRA

- ✓ Não autuação e suspensão das sanções administrativas decorrentes da supressão irregular de vegetação em APP ou RL até 22 de julho de 2008.
- ✓ Suspensão da punibilidade dos crimes previstos na Lei Federal nº 9.605/1998 associados a estas infrações (com interrupção da prescrição).
- ✓ Conversão das penalidades em prestação de serviços ambientais condicionado ao cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Compromisso.

\*Os benefícios administrativos previstos serão concedidos mediante requerimento do interessado, através de juntada de documentação no respectivo processo de formalização de adesão ao PRA.

# OBRIGADO!!!

Anderson Ramiro de Siqueira  
[Anderson.siqueira@meioambiente.mg.gov.br](mailto:Anderson.siqueira@meioambiente.mg.gov.br)